

Relatório de Disciplina de Mercado Junho de 2019

MOZA
O valor é teu.

I. Nota Introdutória

O Relatório de Disciplina de Mercado, com vista a redução da assimetria de informação e favorecimento da disciplina de mercado, é complementar às exigências de capital mínimo (Pilar I) e do processo de revisão de supervisão (Pilar II) do Acordo de Basileia II, e estabelece os critérios para a divulgação pública de informação que permita aos participantes do mercado avaliar o âmbito da aplicação, o capital, os níveis de exposição ao risco, os processos de avaliação de risco, bem como os níveis de adequação de capital das instituições de crédito.

O objectivo do Acordo de Basileia é fortalecer a solidez e a estabilidade do sistema bancário, evitar o chamado efeito contágio, por meio de recomendações visando o reforço de capital, de forma a minimizar os riscos de insolvência das instituições bancárias, e fazer face aos choques futuros da economia.

Em concordância com os requisitos mínimos de divulgação emanados pelo Aviso nº 16/GBM/2017 do Banco de Moçambique, foi elaborado o presente Relatório de Disciplina de Mercado do Moza Banco (adiante designado simplesmente como Moza).

É neste contexto regulamentar, com especial atenção ao Pilar III, que o Moza Banco divulga o Relatório de Disciplina de Mercado, que tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial e visa a apresentação de informação relativa ao perfil de risco, à situação financeira e à solvabilidade do Moza Banco, cumprindo os requisitos de divulgação pública relativos a processos, procedimentos e sistemas de gestão de riscos e de capital, com o intuito de complementar o Relatório e Contas de Junho de 2019.

Relativamente aos Requisitos Mínimos de Divulgação importa referir que este documento encontra-se estruturado de forma a cumprir com os requisitos definidos pelo Aviso n.º 16/GBM/2017 obedecendo aos critério de divulgação de informação qualitativa e quantitativa.

Os valores monetários apresentados, excepto quando claramente explicitado, encontram-se em milhares de Meticais e reflectem as posições das rubricas contabilísticas do Banco à data de 30 de Junho de 2019.

Factos de Destaque:

Desde Dezembro de 2018 que o Moza Banco conta com um novo accionista, a ARISE, que detém 29,80% do Capital Social. A ARISE é uma entidade constituída pelo Norfund, FMO e Rabobank, e sua entrada da ARISE no Capital Social do Moza Banco, surgiu na sequência de um Memorando de Entendimento rubricado entre esta instituição e a Kuhanha, que é actualmente o accionista maioritário do Moza.

Como parte do referido acordo, o Moza Banco adquiriu, a totalidade do capital do Banco Terra e por conseguinte os Conselhos de Administração de ambas sociedades, aprovaram a fusão entre as duas instituições. Com esta operação, que naturalmente irá salvaguardar os superiores interesses de todos os stakeholders, pretende-se dotar a Instituição resultante de maior capacidade em servir o mercado em geral, e o universo crescente dos seus Clientes em particular.

Apesar da conjuntura económica difícil em 2018, de contracção que afectou o sector empresarial assim como a capacidade de poupança e consumo das famílias, o Moza manteve a trajectória de crescimento retomada em 2017 fruto do intenso trabalho realizado junto dos Clientes e do mercado. A carteira de Crédito concedido cresceu cerca de 20%, os Depósitos cerca de 39%, e registou uma excelente evolução do nº de transacções em canais directos e self-banking.

O Moza conta actualmente com a 3ª maior rede de distribuição composta por mais de 50 Agências em todo o território nacional.

No âmbito da iniciativa "Um Distrito. Um Banco" lançada por V.Excía, Sr. Presidente, em 2016 na cidade de Maxixe, contabilizam-se já 4 Agências do Moza, que estão a operar em pleno, nos Distritos de Chicualacuala, Gondola, Vanduzi e Murrupula, sendo que conta ainda e até 2020 estar presente em mais 20 Distritos. A estas, e como resultado do processo de fusão em curso com o Banco Terra, irá adicionar mais 10 Agências, perfazendo aproximadamente um total de 85 Agências até ao final de 2020.

A 13 de Junho de 2019, o Presidente da República de Moçambique Filipe Jacinto Nyusi, inaugurou o edifício Sede do Moza Banco, composto por 14 pisos, com área bruta de 6.880m², ao que acresce uma área destinada a lojas, com cerca de 702,60 m². Alberga todas as unidades centrais do Banco que no total integram 504 colaboradores. Incluindo 87 colaboradores dos serviços centrais do BTM que serão integrados com a Fusão. Ainda no mês de Junho do ano em curso, o Moza foi distinguido pela revista "The Banker" com o prémio "Deal of the Year 2019 for Restructuring in Africa", ou seja, "Melhor Operação de Reestruturação Financeira do Ano 2019, em África". Este é o reconhecimento do sucesso da operação estruturada de aumento de capital que culminou com a entrada de um novo investidor na estrutura accionista, a ARISE, e a aquisição do Banco Terra de Moçambique (BTM).

II. Declaração de Responsabilidade

O Conselho de Administração do Moza Banco, considera as regras de Disciplina de Mercado um instrumento indispensável para a estabilidade da solidez do sistema financeiro em linha com o enquadramento regulamentar previsto pelo Basileia II e definido pelo Banco de Moçambique, através da publicação do Aviso 16/GBM/2017.

O Relatório de Disciplina de Mercado apresenta detalhadamente, informação sobre o perfil de risco do Banco, incluindo a estrutura de governação, políticas e regulamentos bem como os demais processos e sistemas de avaliação em matéria de gestão de risco, afirmando o desenvolvimento de uma cultura de risco assente nas boas práticas internacionais.

Neste âmbito, a Administração do Moza Banco certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna.

Adicionalmente, assegura a qualidade de toda a informação divulgada e compromete-se a divulgar tempestivamente quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente a 30 de Junho de 2019.

Maputo, 21 de Agosto de 2019
Conselho de Administração do Moza Banco, SA

III. Âmbito de Aplicação

Introdução

O Moza Banco, S.A. (doravante designado Moza ou Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, criado em 2007, com sede social em Maputo, tendo como accionistas a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, ARISE B.V (novo accionista), Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco Africa S.G.P.S, S.A. (Banco português) e Dr. António Almeida Matos.

Em cumprimento da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Moza Banco, em Dezembro de 2018, o Banco procedeu com a redução do Capital Social dos anteriores 13.841.250.000 Meticais para 2.768.250.000 Meticais, com o objectivo principal de absorver os prejuizos acumulados bem como reduzir o valor nominal das acções de 25.000 Meticais/acção para 5.000 Meticais/acção.

Accionista	% Participação
KUHANHA	59,40%
ARISE B.V	29,80%
MOÇAMBIQUE CAPITALIS	5,51%
NB AFRICA SGPS, SA	5,29%
ANTONIO AUGUSTO F. DE ALMEIDA MATOS	0,00%
Total	100,00%

Ainda durante o mês de Dezembro de 2018 o Banco registou a entrada de um novo accionista a ARISE B.V, o qual subscreveu e realizou integralmente a emissão de 235.000 novas acções de valor nominal de 5.000 Meticais, equivalente a 1.175.000.000 Meticais, fazendo com que o Capital Social do Banco se situe em 3.943.250.000 Meticais.

Assim sendo a actual estrutura accionista do Banco apresenta-se conforme o quadro seguinte:

Serviços como turismo, transportes e logística e ainda, actividades financeiras que foram os mais afectadas pela crise estão a recuperar gradualmente. Mas estes ganhos têm sido anulados pelo fraco crescimento no sector extractivo, refere ainda o relatório.

As oportunidades de crescimento para Moçambique também dependem da recuperação no nível do consumo privado, particularmente nos sectores de serviços, que constituiu o principal impulsionador do crescimento nos anos que precederam a crise económica actual, aponta o relatório.

Não obstante os factores conjunturais acima referidos, a Fusão do Moza Banco e Banco Terra tem em vista a constituição de uma Instituição que valha mais que a soma das partes, objectivando beneficiar todos os stakeholders e estar em linha com as novas tendências do mercado.

O Moza Banco procura manter uma estrutura de Gestão de Risco que visa, por um lado, a minimização do risco e, por outro lado, a maximização do retorno.

Nessa perspectiva a Gestão de Riscos assume uma importância acrescida, onde se privilegia a observância dos princípios de Governação Corporativa, com o envolvimento de todas as áreas na gestão dos riscos materialmente relevantes, no sentido de apoiar os Órgãos de Administração para o desenvolvimento, crescimento e rentabilidade da actividade do Banco.

É responsabilidade dos Órgãos de Administração (Conselho de Administração e Comissão Executiva, conforme aplicável), enquanto Órgãos decisores do Banco, partilharem o mesmo nível de compreensão da dimensão e materialidade dos riscos da actividade e definir o grau de tolerância aos riscos a que o Moza se encontra exposto, assegurando a existência de políticas e procedimentos de gestão de risco ajustados aos riscos que emergem da actividade desenvolvida.

Para tal, encontram-se definidos no PGR – Programa de Gestão de Riscos 2019, os princípios orientadores, a estrutura organizativa e os sistemas de avaliação e monitorização que comporta quatro (4) processos chave nomeadamente:

Identificação: Identificação de riscos existentes ou potenciais, tanto de iniciativas de negócio já existentes como de novas iniciativas.
Mensuração: Medir os riscos para determinar o seu impacto nos resultados ou no capital. Assegurar a medição tempestiva e exacta dos riscos.
Controlo: Definir limites de exposição ao risco, através de políticas, normas, e procedimentos.
Acompanhamento: Sistema de Informação de Gestão (SIG) eficaz para acompanhar os níveis de risco e facilitar a revisão tempestiva das posições de risco.

É com base no princípio de prudência que é definido o apetite ao risco do Moza Banco em linha com a exigência regulamentar de supervisão interna e externa.

IV. Princípios Orientadores da Função Risco

Perfil de risco do Banco

No âmbito do acompanhamento dos diversos riscos, o Moza Banco tem presente os riscos considerados materialmente relevantes, cuja gestão é considerada essencial para garantir o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio e da actividade do Banco e simultaneamente assegurar a conformidade com os requisitos regulamentares.

Neste âmbito o Banco acompanha os seguintes riscos:

Tipo de Risco	Subcategoria
Crédito	Incumprimento
	Concentração
	Colaterias
Liquidez	Fluxos de Caixa/Gap de Maturidades
	Concentração
Taxa de Juro	GAP de refixação de taxas
Taxa de Câmbio	Flutuações das Taxas de Câmbio
Operacional	Fraude/Erros/Processos
	Segurança/Ambiente
Estratégia	Decisões/Estratégias
Reputação	Imagem Pública
Legal/Compliance	Normas/Regras/Jurídico
Tecnologias de Informação	Adequacidade dos Sistemas

Para cada um dos riscos apresentados na tabela acima, as etapas de gestão do risco compreendem:

- Definição
- Identificação de Risco
- Mensuração ou Avaliação de Risco
- Acompanhamento e Reporte do Risco

Responsabilidades pela gestão do Risco

O modelo de governação do Moza tem como objectivo alcançar, com transparência e rigor, uma separação de funções entre os diversos órgãos sociais, permitindo uma maior eficácia do funcionamento do Banco.

O Conselho de Administração (CA) e a Comissão Executiva (CE) partilham uma compreensão dos riscos da actividade e do grau de tolerância ao risco que o Moza deve assumir, bem como a necessidade de estabelecer uma moldura e mecanismos de controlo robustos com vista à sua efectiva gestão agregada, tendo em conta a natureza transversal do negócio bancário desses mesmos riscos.

A função de Gestão do Risco é coordenada pela DGR – Direcção de Gestão de Risco, que assegura a protecção do capital da instituição, no que se refere à exposição aos diferentes riscos. A DGR é composta por três áreas, nomeadamente: i) Risco de Crédito e Estratégico; ii) Risco de Liquidez, Câmbio, Taxa de Juro e de Mercado; e iii) Risco Operacional, Informático, Compliance e Reputacional.

As principais funções da DGR são as seguintes:

Risco de Crédito e Estratégico

- Elaborar e propor à aprovação do Conselho de Administração a Política de Gestão de Risco de Crédito, consubstanciada no Regulamento Geral de Crédito (RGC) e normas afins;
- Acompanhar de forma sistemática a carteira de crédito, avaliando de forma contínua se os factores de risco se mantêm consistentes com a estratégia definida pelo Banco;
- Apurar e reportar, para o risco de crédito, as perdas por imparidade e provisões regulamentares, os grandes riscos, o crédito correlacionado, o crédito vencido por sectores de actividade e o risco de concentração de crédito;
- Monitorar a adequação do nível de risco com o perfil de risco estabelecido pela Administração do Banco.

Risco de Liquidez, Câmbio, Taxa de Juro e de Mercado

- Definir os indicadores-chave de controlo para auxiliar na gestão do risco, de acordo com o Aviso nº 04/GBM/2013 - Directrizes de Gestão de Risco;
- Garantir a elaboração dos relatórios de Stress Testing (análise de cenários e sensibilidade) e disciplina de mercado;
- Assegurar a participação no ALCO, para acompanhamento dos riscos inerentes, em estreita colaboração com a Direcção de Mercados e Internacional (DMI);
- Propor os limites de exposição às contrapartes internas e externas, as quais devem ser aprovados em sede de Conselho de Administração, no início de cada ano, bem como a sua revisão sempre e quando daí resultar uma maior eficácia para o negócio.

Risco Operacional, Informático, Compliance e Reputacional

- Definir os indicadores-chave de controlo para auxiliar na gestão do risco, de acordo com o Aviso nº 04/GBM/2013 - Directrizes de Gestão de Risco;
- Garantir o cálculo dos requisitos de capital para o risco operacional no âmbito do acordo de Basileia II;
- Assegurar a identificação, análise e monitorização dos eventos/perdas resultantes dos diversos riscos;
- Proceder à sistematização, avaliação do risco, monitorização e actualização dos processos definidos como críticos sobre o binómio materialidade/risco;
- Propor os limites de tolerância ao risco (apetite de risco) para aprovação do Conselho de Administração, no que respeita a cada um dos riscos;
- Realizar o exercício de auto-avaliação de risco (self-assessment).

Compete ainda à DGR, assistir a Comissão Executiva (CE) na gestão eficaz dos riscos, conforme as melhores práticas de organização neste domínio e as exigências do acordo de Basileia, bem como a definição, implementação e acompanhamento da metodologia de ICAAP – Internal Capital Adequacy, coordenação e realização do exercício de ICAAP e de testes de esforço, e ainda a elaboração do Programa de Gestão de Riscos e demais análises aos riscos com o apoio de outras Direcções do Banco.

O Órgão de Administração detém, em última instância, a responsabilidade pelo nível de riscos assumidos pela Instituição.

Consequentemente, deve aprovar estratégias e políticas globais de negócio, incluindo as relacionadas com a tomada e gestão de riscos, devendo igualmente assegurar que a gestão de topo garanta a execução dos objectivos traçados e cumpra com as directrizes emanadas na gestão dos riscos a que a instituição se encontra exposta.

Deste modo, o controlo e a gestão dos riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra exposto são assegurados pela Comissão Executiva (CE) e diversos fóruns internos, designadamente, dentre outros, os Comités de Auditoria, de Risco, de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), de IT, Conselho de Direcção e Conselho de Crédito.

O Conselho de Administração (CA), eleito pela AG, tem como principais funções, a definição das políticas gerais do Banco e a aprovação do seu plano estratégico.

A Comissão Executiva (CE) desempenha funções de natureza operacional, delegadas pelo CA, com a finalidade de assegurar a gestão corrente do Banco. Constituída por um número de membros executivos do CA definido por regulamento próprio. A CE é apoiada por uma Área de Apoio Administrativo, com a designação de Secretária-Geral.

À Comissão Executiva (CE) compete igualmente:

- Definição e revisão da Missão, Visão e Valores;
- Definir o perfil de risco da Instituição;
- Decidir sobre limites globais e/ou específicos para os principais riscos;
- Decidir e aprovar as medidas necessárias à materialização da Estratégia definida pelos Accionistas;
- Definição e alinhamento dos Objectivos Estratégicos no contexto da envolvente Externa e Interna;
- Acompanhamento da implementação do plano estratégico;
- Participar nos diversos Comités instituídos;
- Garantir a fiabilidade e qualidade da Informação de gestão divulgada;

Relatório de Disciplina de Mercado - Junho 2019

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

3

Método utilizado para determinação de Provisões Regulamentares

Para cálculo das provisões regulamentares mínimas da carteira de crédito considera-se o Aviso nº 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, designadamente observando as seguintes regras:

Provisões para Riscos Gerais de Crédito (art.15) – calculadas sobre o valor total do crédito desembolsado, incluindo o representado por aceites, garantias e avales prestados, e excluindo o crédito vencido; Provisões para Crédito Vencido (art.6,7,10) – calculadas sobre o valor total dos créditos que estejam enquadrados nas classes de risco abaixo indicadas:
 Classe 1 – até 30 dias;
 Classe 2 – de 31 a 90 dias;
 Classe 3 – de 91 a 180 dias;
 Classe 4 – de 181 a 360 dias; e
 Classe 5 – acima de 360 dias.

Procede-se à combinação entre a classe do crédito vencido e os colaterais dados como garantias, obedecendo às seguintes percentagens mínimas de provisões para crédito vencido.

	Classificação de Risco				
	I	II	III	IV	V
Com 1ª hipoteca de habitação do mutuário	2	5	20	50	100
Contractos de Locação Financeira Imobiliária	2	5	20	50	100
Com 1ª hipoteca de edifício Comercial do mutuário	5	10	35	60	100
Com outras garantias	5	15	40	75	100
Sem garantias	5	15	50	85	100

Percentagens Mínimas de Provisões para crédito vencido

Provisões Específicas para Crédito em Moeda Estrangeira (art.18) – calculadas sobre o total dos créditos concedidos em moeda estrangeira, no contravalor em Meticais à data do cálculo.

Para o cálculo das provisões regulamentares, são igualmente observadas as disposições relativas a Isenções (art.16) e/ou Reduções (art.17) definidas no Aviso, e ainda as provisões adicionais (art.19) recomendadas pelo Banco de Moçambique.

Movimento das Perdas por Imparidade

O movimento das perdas de imparidade durante o primeiro semestre de 2019 e o ano de 2018 apresentou-se como se segue:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	6/30/19	12/31/18
Saldo de abertura	262,593	761,035	2,849,258	3,872,886	2,947,332
Impactos da IFRS 9	-	-	-	-	728,388
Imparidade do exercício	83,501	389,896	279,716	753,113	1,060,507
Reversões do exercício	(170,612)	(261,002)	(62,742)	(494,356)	(771,403)
Utilização/Regularização	-	-	(36,462)	(36,462)	(91,938)
Saldo Final	175,482	889,929	3,029,770	4,095,181	3,872,886

O aumento das imparidades motivado pelo grau de dificuldades demonstrado pelos mutuários, levaram o Banco a adoptar uma estratégia mais conservadora e preventiva face aos indícios de inadimplência.

O Moza efectua o abate ao activo (e a respectiva utilização de imparidades) quando considera que determinado crédito é incobrável, após terem sido efectuados todos os esforços de recuperação possíveis (judicial e extrajudicial).

Descrição Geral da Política de Gestão de Risco de Concentração

De acordo com a Circular Nº 03/SCO/2013 do Banco de Moçambique, entende-se por risco de concentração de crédito uma exposição ou grupo de exposições em risco com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da instituição de crédito ou a capacidade para manter as suas principais operações. O risco de concentração de crédito decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles factores implica um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes.

O controlo do risco de concentração de crédito encontra-se organizado em quatro macro tipologias:

Concentração contraparte: possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes do risco assumido perante uma contraparte ou um conjunto de contrapartes ligadas entre si;
Concentração classe de risco: possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de uma exposição ou um conjunto de exposições assumidas perante classes de risco elevado;
Concentração sectorial: possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de uma exposição ou um conjunto de exposições assumidas perante um determinado sector de actividade económica.
 Concentração por área geográfica: possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de exposições ou um conjunto de exposições assumidas perante uma ou um conjunto de contrapartes localizadas em determinada área geográfica.

Descrição Geral da Política de Gestão de Risco de Concentração

Para garantir uma gestão eficaz do risco de concentração, o Moza considera as seguintes etapas:

Identificação – identificação de riscos de concentração (exposição relevante);
Avaliação – avaliação da magnitude dos riscos identificados e o seu impacto com vista a que os mesmos sejam mitigados e reportados;
Acompanhamento – acompanhamento da evolução e o estado dos riscos avaliados, estabelecendo reportes internos e externos;
Controlo – O controlo dos riscos identificados, através de procedimentos de mitigação.

O risco de concentração é monitorizado internamente de acordo com

os limites definidos, nomeadamente Limites de Concentração de Risco por contraparte e/ou tipo de crédito, sendo atualizados em função da evolução de exposições significativas a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes Relacionadas.

Factores de Risco considerados para a Análise de Correlações entre as Contrapartes

Relativamente aos factores de risco subjacentes à análise de contrapartes, são igualmente relevantes os seguintes aspectos:

- Família de produto
- Tipo de taxa de juro utilizada
- Garantia associada
- Cliente
- Prazo Total
- Prazo residual
- Família de produto por região

ECA e ECAI usadas

Para o exercício em reporte, o Banco utilizou as avaliações de qualidade de crédito atribuídas pelas agências de crédito de exportação (ECA) definidas no website (www.oecd.org) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), sendo que as posições em risco de Países e/ou Instituições sem classificação pela ECA foram ponderadas de acordo com as classificações da agência de notação externa de crédito (ECAI) Standard & Poors, conforme definido no Aviso 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

Total Exposição Bruta ao Risco de Crédito por Tipo de Exposição

Exposição Bruta ao Risco de Crédito relativa a Elementos do Balanço	6/30/19	12/31/18
Caixa e Disponibilidades em Banco Central	444,050	794,999
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	49,863	107,215
Aplicações em Instituições de Crédito	4,318,584	5,007,735
Activos Financeiros Detidos para Negociação	5,539,344	7,902,812
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	19,139,527	17,985,608
Outros	117,387	528,627
Total Exposição	29,608,755	32,326,996

Exposição Bruta ao Risco de Crédito relativa a Elementos Extrapatrimoniais	6/30/19	12/31/18
Garantias	6,985,746	5,774,739
Cartas de Crédito	505,422	931,567
Total Exposição	7,491,168	6,706,306
Total (Balanço e Extrapatrimonial)	37,099,923	39,033,302

Distribuição das Exposições por Sector (30-06-2019)

Distribuição por Sector 30.06.2019	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros Activos	Total
Govamental	-	-	-	5,353,819	680,256	-	6,034,075
Seguros	-	-	-	23,263	30,130	-	53,393
Financeiro	444,050	49,863	4,318,584	6,327	7,420	-	4,826,244
Retalho	-	-	-	-	3,770,548	-	3,770,548
Construção civil	-	-	-	-	660,366	-	660,366
Energia	-	-	-	-	316,905	-	316,905
Turismo	-	-	-	-	817,810	-	817,810
Indústria Transformadora	-	-	-	-	1,482,539	-	1,482,539
Particulares	-	-	-	-	2,963,362	-	2,963,362
Serviços	-	-	-	-	6,584,370	-	6,584,370
Transportes e comunicações	-	-	-	155,935	1,444,759	-	1,600,694
Agricultura e pesca	-	-	-	-	53,124	-	53,124
Outros	0	-	-	-	327,938	117,387	445,325
Total	444,050	49,863	4,318,584	5,539,344	19,139,527	117,387	29,608,755

Distribuição das Exposições por Sector (31-12-2018)

Distribuição por Sector 31.12.2018	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros Activos	Total
Govamental	-	-	-	7,717,346	769,739	-	8,487,085
Seguros	-	-	-	23,263	93	-	23,356
Financeiro	272,562	107,215	5,007,735	6,327	5,220	-	5,399,059
Retalho	-	-	-	-	3,536,314	-	3,536,314
Construção civil	-	-	-	-	886,941	-	886,941
Energia	-	-	-	-	373,157	-	373,157
Turismo	-	-	-	-	530,274	-	530,274
Indústria Transformadora	-	-	-	-	1,702,767	-	1,702,767
Particulares	-	-	-	-	2,843,634	-	2,843,634
Serviços	-	-	-	-	5,796,010	-	5,796,010
Transportes e comunicações	-	-	-	155,876	1,476,763	-	1,632,639
Agricultura e pesca	-	-	-	-	52,584	-	52,584
Outros	522,436	-	-	-	12,112	528,628	1,063,176
Total	794,998	107,215	5,007,735	7,902,812	17,985,608	528,628	32,326,996

VIII. Mitigação do Risco de Crédito

Informação Qualitativa

Instrumentos de Mitigação do Risco

Com vista à salvaguarda de eventuais incumprimentos contratuais por parte dos seus clientes, o Moza utiliza diferentes instrumentos para mitigação do risco de crédito, cumprindo com os requisitos definidos no Aviso n.º 11/GBM/2013 e as regras e procedimentos internos em vigor.

Principais Tipos de Colaterais e garantias elegíveis

As operações de crédito são contratadas com um conjunto de garantias consideradas suficientes à data da sua contratação, tendo em vista a minimização de possíveis perdas que possam surgir em resultado do incumprimento de uma contraparte. Com efeito, o Banco reconhece as seguintes categorias de colaterais e garantias:

- Aval pessoal;
- Hipotecas de imóveis habitacionais;
- Hipotecas de imóveis comerciais e outros;
- Hipotecas de viaturas/penhores de equipamentos;
- Penhores de depósitos ou outros activos financeiros;
- Garantias bancárias on first demand;
- Outros.

Tradicionalmente, os créditos à habitação apresentam como colateral o próprio imóvel objecto de financiamento, sendo que para esta tipologia de crédito, o risco encontra-se geralmente coberto à partida, em níveis iguais ou superiores a 100%.

Políticas e Procedimentos de Gestão e Valorização de Garantias Reais

O Banco tem implementado, técnicas de redução de risco de crédito que consistem em critérios de valorização das garantias das operações de crédito, sendo que o valor apurado é afectado no momento de aplicação do risco de crédito, devendo os níveis de cobertura definidos aquando da sua decisão, manterem-se ao longo da vida da operação.

A aceitação dos vários tipos de garantias encontra-se ainda associada à avaliação sobre a sua transaccionalidade (maior ou menor liquidez), à volatilidade do seu valor e ainda à relação existente entre o risco da operação e o risco intrínseco da respectiva garantia.

As garantias hipotecárias são avaliadas por entidades especializadas na avaliação de imóveis, com as quais o Banco tem estabelecido acordos para prestação desta tipologia de serviços. O Banco considera um haircut de 25% sobre o valor do imóvel habitacional, 50% para casos de edifício comercial e 75% sobre valor do penhor de equipamento, respectivamente, para mensuração do justo valor.

Os penhores de depósitos ou outro tipo de penhores financeiros apenas são aceites quando se encontrem em custódia/depositados no Moza. Em termos prudenciais, as garantias usadas para mitigação do risco de crédito são:

Caução de depósitos, quando denominadas na mesma moeda e com prazo de vencimento no mínimo igual ao prazo de vencimento da operação de crédito;
Hipoteca de habitação do mutuário, quando a última data de avaliação do imóvel for inferior a 3 anos e a data de vencimento igual ou superior ao prazo da operação de crédito;
Garantias Pessoais, nos termos previstos no Aviso n.º 11/GBM/2013.

Total de Exposição ao Risco de Crédito Abrangida por Colaterais, Garantias, Hipotecas e Outros

As tabelas acima reflectem as exposições à data de 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018. Relativamente ao risco de crédito na posição financeira, sem considerar os instrumentos extrapatrimoniais, regista-se um crescimento de 6,4%.

Distribuição Geográfica das Posições em Risco 30-06-2019									Grande Total
	Sul	Centro	Norte	Total	Alemanha	Portugal	Suiça	Outros	
Caixa e disponibilidade em Banco Central	444,050	-	-	444,050	-	-	-	-	444,050
Disponibilidade sobre instituições de crédito	23,151	-	-	23,151	1,434	-12,478	43,555	-5,799	26,713
Aplicações em instituições de crédito	2,884,582	-	-	2,884,582	696,117	447,204	278,522	12,159	1,434,001
Activos Financeiros	5,539,344	-	-	5,539,344	-	-	-	-	5,539,344
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15,220,169	1,976,625	1,942,733	19,139,527	-	-	-	-	19,139,527
Outros activos	117,387	-	-	117,387	-	-	-	-	117,387
Total Balanço	24,228,683	1,976,625	1,942,733	28,148,041	697,551	434,726	322,077	6,360	1,460,714
Garantias	6,985,746	-	-	6,985,746	-	-	-	-	6,985,746
Cartas de Crédito	505,422	-	-	505,422	-	-	-	-	505,422
Total Fora do Balanço	7,491,168	-	-	7,491,168	-	-	-	-	7,491,168
Grande Total	31,719,851	1,976,625	1,942,733	35,639,209	697,551	434,726	322,077	6,360	1,460,714

Distribuição Geográfica das Posições em Risco 31-12-2018	Moçambique				Estrangeiro				Grande Total
	Sul	Centro	Norte	Total	Alemanha	Portugal	Suiça	Outros	
Caixa e disponibilidade em Banco Central	794,999	-	-	794,999	-	-	-	-	794,999
Disponibilidade sobre instituições de crédito	89,386	-	-	89,386	2,866	-11,673	49,767	-23,132	17,828
Aplicações em instituições de crédito	3,644,582	-	-	3,644,582	49,176	1,065,073	248,904	-	1,363,153
Activos Financeiros	7,902,812	-	-	7,902,812	-	-	-	-	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14,757,570	1,390,315	1,747,723	17,895,608	-	-	-	-	17,895,608
Outros activos	618,628	-	-	618,628	-	-	-	-	618,628
Total Balanço	27,807,977	1,390,315	1,747,723	30,946,015	52,042	1,053,400	298,671	-23,132	1,380,981
Garantias	5,774,739	-	-	5,774,739	-	-	-	-	5,774,739
Cartas de Crédito	931,567	-	-	931,567	-	-	-	-	931,567
Total Fora do Balanço	6,706,306	-	-	6,706,306	-	-	-	-	6,706,306
Grande Total	34,514,283	1,390,315	1,747,723	37,652,321	52,042	1,053,400	298,671	-23,132	1,380,981

6/30/19	Justo Valor das Garantias de Crédito						
	Máxima Exposição ao Risco de Crédito	Depósitos	Cartas de Crédito/ Garantias Bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias Líquidas	Exposição Líquida
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	444,050	-	-	-	-	-	444,050
Aplicações em Instituições de Crédito	49,863	-	-	-	-	-	49,863
Activos Financeiros Detidos para Negociação	4,318,584	-	-	-	-	-	4,318,584
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	5,539,344	-	-	-	-	-	5,539,344
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes Empresas	8,328,323	248,102	-	1,757,416	-	560,811	7,767,512
Pequenas e Médias Empresas	6,194,9						

Relatório de Disciplina de Mercado - Junho 2019

IX. Risco de Mercado

Informação Qualitativa

De acordo com as disposições regulamentares (Aviso n.º 13/GBM/2013 - Concernente à Base de Cálculos dos Requisitos Mínimos de Capital para a Cobertura do Risco de Mercado), as Instituições de Crédito devem determinar requisitos de fundos próprios para risco de mercado.

Risco de Mercado é o risco de perdas nas posições do balanço e fora do balanço, resultantes das flutuações nos preços de mercado. O risco de mercado é composto por riscos de taxa de juro relativos a instrumentos contidos na carteira de negociação, o risco de taxa de câmbio e os riscos de commodities incorridos pelas instituições.

Estratégia de Gestão do Risco

O processo de gestão deste risco compreende um conjunto de políticas, sistemas, procedimentos, métodos e práticas implementadas e utilizadas pelo Banco com vista a identificar, mensurar, controlar e acompanhar, adequada e tempestivamente o risco de taxa de câmbio.

Factor de Risco	Indicador	Efeitos	Métrica	Descrição	Instrumento	Periodicidade
Variação das taxas de referência	Gap de Refixação	Margem Financeira	Deslocação paralela das taxas de juros de 60 p.b a 600 p.b	Análise de sensibilidade da variação na mesma proporção das taxas activas e passivas	Balanço por prazo de refixação de taxas	Mensal
Variação das taxas de referência	Gap de Refixação	Valor Económico	Deslocação paralela das taxas de juros de 200 p.b	Valor actual do balanço por prazo de refixação de taxas	Balanço por prazo de refixação de taxas	Mensal
Variação das taxas de referência	ICAAP	ICAAP	Deslocação paralela das taxas de juros de 200 p.b a 600 p.b	Análise de sensibilidade da variação na mesma proporção das taxas activas e passivas	Balanço por prazo de refixação de taxas	Mensal
Taxas efectivas das carteiras (MN e ME)	Margem Financeira Comercial	Margem Financeira Comercial	Juros a receber-Juros a pagar	Análise da estrutura de preços da carteira bancária	Gap de Taxas de Juro	Mensal

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A gestão do risco de taxa de juro é efectuada através da agregação dos activos e passivos sensíveis às flutuações de taxa em intervalos residuais

	Menos de 3 meses		3 a 12 meses		> 12 meses		Não vencem juros		Total	
	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18
Activos Financeiros										
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	-	-	-	444,050	794,999	444,050	794,999
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	49,863	107,215	49,863	107,215
Aplicação em instituições de Crédito	4,089,297	4,767,754	43,484	239,981	185,803	-	-	4,318,584	5,007,735	
Activos financeiros detidos para negociação	1,941,327	2,580,172	1,619,741	3,827,945	1,978,276	1,494,695	-	-	5,539,344	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,848,520	2,618,082	1,714,563	2,216,179	14,576,444	13,151,347	-	-	19,139,527	17,985,608
Outros activos	-	0	-	-	-	-	117,387	528,627	117,387	528,627
Total dos Activos não descontados	8,879,144	9,966,008	3,377,788	6,284,105	16,740,523	14,646,042	611,300	14,300,841	29,608,755	32,326,996
Passivos Financeiros										
Recursos de Instituições de Crédito	45,780	866,915	-	-	-	-	-	-	45,780	866,915
Depósito e contas Correntes	7,856,264	8,311,950	3,613	8,489,389	8,877,049	93,288	7,183,441	7,998,599	23,920,367	24,893,226
Passivos Fin. de Neg. e outros Passivos Não fin.	36,879	-	-	-	-	0	-	-	36,879	0
Recursos consignados	-	-	-	-	-	93,153	676,014	-	676,014	93,153
Empréstimos Obrigacionistas	-	-	-	-	869,963	870,026	-	-	869,963	870,026
Outros passivos	-	567,434	-	-	-	-	-	19,143	-	586,577
Total dos Passivos não descontados	7,938,923	9,746,299	3,613	8,489,389	9,747,012	1,056,467	7,859,455	8,017,742	25,549,003	27,309,897

A sensibilidade na Demonstração dos Resultados e o impacto da alteração das taxas de juro, considerando a carteira de activos e passivos financeiros com taxa de juro variável, à data de 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018, com os choques abaixo apresentados os impactos são os seguintes:

Ano	Aumento e Diminuição da Taxa de Juro (pontos base)	Impacto nos Resultados Antes de Impostos
6/30/19	+200pb	103,971
	-200pb	(103,971)
12/31/18	+200pb	125,914
	-200pb	(125,914)

O Moza Banco realiza testes de esforço nos termos da Circular N.º 05/SCO/2013 do Banco de Moçambique. Neste contexto, são realizadas análises de sensibilidade à taxa de juro com periodicidade semestral, de acordo com as orientações do Banco de Moçambique.

2. Risco de Taxa de Câmbio

De acordo com o Aviso N.º 04/GBM/2013, o Risco da Taxa de Câmbio (risco cambial) consiste na possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da instituição devido a variações significativas das taxas de câmbio. Estas flutuações concorrem igualmente para o risco de liquidação que surge quando uma instituição incorre em perdas financeiras devido às posições cambiais assumidas tanto na carteira de negociação como na carteira bancária.

A metodologia de avaliação do risco de Taxa de Câmbio do Banco é baseada no controlo diário da posição cambial, de forma a garantir a manutenção dos limites estabelecidos internamente bem como os limites prudenciais. O Banco dispõe de um mecanismo de mensuração de risco que toma em consideração todas as fontes de risco de taxa de câmbio, visando avaliar o impacto das alterações cambiais no produto bancário que se descreve através dos indicadores constantes da tabela abaixo. Esta avaliação é efectuada tendo em conta, os indicadores regulamentares (Aviso n.º 15/GBM/2013) considerando a posição cambial líquida por divisa no último dia de cada mês.

Identificação do Risco										
Fontes de Risco	Factor de Risco	Indicador	Métrica	Descrição	Instrumento	Periodicidade	Destinatário	Responsabilidades		
Risco de Conversão	Variação da Taxa de Câmbio	Volatilidade das Moedas	Volatilidade das	Risco de perdas cambiais	Blotter	Mensal	Comissão Executiva	DGR		
		USD /EUR/ ZAR /GBP/ JPY /AUD /SEK	Posições Líquidas em Aberto	derivadas da reavaliação das posições em aberto						
		Posições Líquidas em Aberto	Limites das Posições	Controlo dos Limites das Posições em						
		Líquidas em Aberto	Limites das Posições	Aberto						

A gestão da política e estratégia relacionada com o Risco de Taxa de Câmbio é definida no comité ALCO, implementada pela Direcção de Mercados e Tesouraria e controlada pela Direcção de Gestão de Risco. De acordo com a política do Banco, as posições cambiais são monitorizadas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos internamente (a Administração fixa um nível de limite de exposição por moeda), bem como os limites definidos pelo Banco de Moçambique.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018.

	MZN		USD		ZAR		EUR		Outras		Total	
	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18	6/30/19	12/31/18
Activos Financeiros												
Caixa e disponibilidades em Banco Central	361,378	683,883	58,174	63,405	4,678	11,152	19,798	36,539	22	20	444,050	794,999
Disponibilidade sobre instituições de crédito	22,804	39,249	(13,856)	15,224	(6,765)	15,670	40,150	32,631	7,530	4,441	49,863	107,215
Aplicações em instituições de crédito	2,881,470	3,628,385	1,375,880	1,134,990	32,486	244,342	18	18	28,729	0	4,318,583	5,007,735
Activos Financeiros	4,844,035	6,891,616	695,309	1,011,196	-	-	-	-	-	-	5,539,344	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16,603,618	14,992,704	2,535,908	2,992,902	1	2	-	-	-	-	19,139,527	17,985,608
Outros activos	117,387	645,577	0	362,753	0	4,694	0	17,923	0	21,512	117,387	1,052,459
Total Activos Financeiros	24,830,692	26,881,413	4,651,415	5,580,470	30,400	275,860	59,966	87,111	36,281	25,973	29,608,754	32,850,827
Passivos Financeiros												
Recursos de instituições de Crédito	45,780	866,915	-	-	-	-	-	-	-	-	45,780	866,915
Depósitos e contas correntes	21,301,618	21,539,342	2,497,711	3,001,979	39,914	222,609	60,438	118,005	20,687	11,291	23,920,368	24,893,226
Recursos consignados	36,879	93,153	-	-	-	-	-	-	-	-	36,879	93,153
Empréstimos obrigacionistas	676,014	870,026	-	-	-	-	-	-	-	-	676,014	870,026
Outros Passivos	869,963	547,404	0	27,685	0	620	0	2,463	0	8,405	869,963	586,577
Total Passivos Financeiros	22,930,254	23,916,840	2,497,711	3,029,664	39,914	223,229	60,438	120,468	20,687	19,696	25,549,004	27,309,897
Exposição Líquida	1,900,438	2,964,573	2,153,704	2,550,806	(9,515)	52,631	(472)	(33,357)	15,594	6,277	4,059,750	5,540,930

A tabela abaixo, apresenta o impacto na Demonstração dos Resultados (antes de imposto) e no capital de uma variação em USD (mantendo as restantes variáveis constantes) a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018.

Ano	Aumento e Diminuição da Taxa de Câmbio em USD	Impacto nos Resultados Antes de Impostos	Impacto em Capitais Próprios
6/30/19	+5%	107,685	107,685
	-5%	(107,685)	(107,685)
12/31/18	+5%	127,540	127,540
	-5%	(127,540)	(127,540)

Os efeitos individuais por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

X. Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a probabilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em honrar as suas obrigações, (sobretudo as de curto prazo) à medida que vencem ou em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas (funding liquidity risk). Quando as condições de mercado em que a instituição opera não permitem que esta se desfaça de certos activos a preços de mercado, mas somente abaixo destes, está-se perante o que se designa por risco de liquidez de mercado (market liquidity risk).

O risco de liquidez é afectado por factores internos e externos sendo que:

Os factores internos traduzem-se em riscos associados à actividade comercial (transformar passivos de curto-prazo em activos de longo-prazo, transferindo o risco de liquidez dos Clientes para o Banco), actividade de Tesouraria (investimento e financiamento através de operações em mercados financeiros) e reputação;

Os factores externos traduzem-se em risco de financiamento (risco da degradação das fontes de financiamento do Banco) e em risco de liquidez de mercado (agravamento da capacidade de liquidar activos sem incorrer em perdas de capital).

A gestão da liquidez global do Banco é executada pela Direcção de Mercados e Internacional e controlada pela Direcção de Gestão de Risco através de Indicadores de Alerta Prévio (Early Warning Indicators).

Ordem	Indicador	Rácio	Descrição	Instrumento	Periodicidade do Controlo	Alerta
1	Saída de Recursos (perdas na compensação)	Saída de Recursos/Total de Recursos de Clientes	Mede até quanto de depósitos são retirados diariamente com a compensação	Resumos de compensação MN e ME; Resumo das MTR MN e ME	Semanal	<20%
2	Deterioração dos saldos nos correspondentes por moeda	Depósitos em OIC s e ME/Depósitos em ME	Mede até quanto de depósitos são retirados diariamente com a compensação	Saldos nos correspondentes e Banco de Moçambique	Semanal	<20%
3	Rácio de Capacidade	Depósitos de OIC s e Tomadas MM/Activo Total	Mede até quanto do Activo é financiado pelos Recursos de OIC s	Carteira de aplicações	Mensal	<15%
4	Colateralização de Títulos	Títulos em MN/RO s em MN	O montante dos títulos em carteira deve ser sempre superior ao valor das Reservas obrigatórias em MN e ME	Carteira de Títulos em MN e ME e Mapa de RO s	Diário	<150%
5	Deterioração da Qualidade da carteira de crédito	Crédito Vencido (Prestações Vencidas) acima de 90 dias/Activo Total	Mede o peso das prestações vencidas acima de 90 dias no crédito total.	Carteira de Crédito	Mensal	4%
6	Cobertura dos Activos Líquidos em momentos de stress	Stress Testing	Mede a cobertura da saída de recursos pelos Activos Líquidos (3 meses)	Template de Stress testing (suportado pelo LCR)	Mensal	<0%
7	Rácio de Transformação (MN e ME)	Crédito/Depósitos	Mede o peso do crédito financiado pelos recursos de clientes	Saldos do Crédito e Depósitos	Mensal	<80%
8	Limite do Rácio de Liquidez	Activos Líquidos/Passivos de Curto Prazo	Mede o peso dos activos líquidos sobre as responsabilidades a curto prazo.	Reporte Prudencial	Diário	<30%
9	Concentração de Funding	Peso dos 1+, 10+ e 20+ nos depósitos totais	Mede o peso dos maiores depósitos no total dos recursos de clientes	Top 20 da Carteira de Depósitos	Mensal	<10%; <30% e <40% respectivamente

Para uma gestão eficiente deste risco, o Banco dispõe de um Plano de Contingência e uma Política de Gestão de Liquidez, onde se encontram definidas Métricas de Gestão que orientam a gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco, a 30 de Junho de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

6/30/19	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	444,050	-	-	-	-	444,050
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	49,863	-	-	-	49,863
Aplicação em instituições de Crédito	4,089,297	-	43,484	185,803	0	4,318,584
Activos financeiros	-	1,941,327	1,619,741	370,164	1,608,112	5,539,344
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	3,164,660	1,771,787	10,110,876	4,092,204	19,139,527
Outros activos	117,387	-	-	-	-	117,387
Total Activos não descontados	5,614,374	9,245,147	3,435,012	10,666,843	5,700,316	29,608,755
Passivos Financeiros						
Recursos de instituições de Crédito	-	45,780	-	-	-	45,780
Depósitos e contas correntes	7,183,441	7,856,264	3,613	8,875,047	2,002	23,920,367
Recursos consignados	-	36,879	-	-	-	36,879
Empréstimos Obrigacionistas	-	676,014	-	-	-	676,014
Outros passivos	-	-	-	869,963	-	869,963
Total Passivos não descontados	7,183,441	8,614,937	3,613	9,745,010	2,002	25,549,003
GAP de Liquidez	(6,622,004)	630,211	3,431,399	921,833	5,698,314	4,059,753

12/31/18	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	794,999	-	-	-	-	794,999
Disponibilidade sobre instituições de crédito	107,215	-	-	-	-	107,215
Aplicação em instituições de Crédito	-	4,767,753	239,982	-	-	5,007,735
Activos financeiros	-	2,580,172	3,827,945	1,494,695	0	7,902,812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	3,751,733	839,817	10,148,909	3,245,149	17,985,608
Outros activos	528,627	-	-	-	-	528,627
Total Activos não descontados	1,430,841	11,099,658	4,907,744	11,643,604	3,245,149	32,326,996
Passivos Financeiros						
Recursos de instituições de Crédito	59,733	807,182	-	-	-	866,915
Depósitos e contas correntes	7,998,599	8,311,953	8,489,389	93,285	-	24,893,226
Recursos consignados	-	-	-	93,153	-	93,153
Empréstimos Obrigacionistas	586,577	-	-	-	-	586,577
Outros passivos	-	-	-	870,026	-	870,026
Total Passivos não descontados	8					

XI. Risco Operacional

O Risco Operacional, de acordo com o Aviso nº 04/GBM/2013, é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de erros ou falhas nos processos de análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Método de Avaliação de Capital para Cobertura do Risco Operacional

Para efeitos de cálculo de requisitos de capital para a cobertura do risco operacional, o Moza adoptou o Método do Indicador Básico (método simplificado) de acordo com o Aviso nº 12/GBM/2013, cuja base de cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional (KBIA), corresponde a 15% da média aritmética dos últimos três anos do indicador relevante positivo (a soma da margem líquida com outras receitas líquidas reportadas ao final de cada exercício financeiro).

Estratégias e Processos de Monitorização

A estratégia adoptada pelo Moza para a gestão do risco operacional incorpora um conjunto de actividades, nomeadamente:

- Recolha de eventos de perda/Base de dados interna;
- Cálculo de capital por método Indicador Básico;
- Indicadores Chave de Risco (KRI);
- Análise de fragilidades processuais identificados nos eventos e definição de planos de mitigação.

Este risco é transversal a todos os produtos, actividades, processos e sistemas e tem origem em todas as Unidades funcionais da Organização, daí que, todos os funcionários são responsáveis pela gestão dos riscos operacionais gerados no âmbito das suas funções e no âmbito das suas actividades. Para tal, o Banco recorre a um Sistema de Gestão Integrada de Risco Operacional (SGRO) que consiste na implementação de conjunto de processos através dos quais o Moza Banco assegura a uniformização, sistematização e acompanhamento das fases de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco.

Controlo do risco operacional

Na gestão do risco operacional, para além do definido no programa de Gestão de Riscos, existe implementado um ambiente de controlo dos processos composto por diversos mecanismos de controlo, que permitem a mitigação do risco operacional, de entre os quais se destacam os seguintes:

- Procedimentos de segregação de funções;
- Linhas de autoridade para autorização;
- Controlos de acessos (físicos e lógicos);
- Actividades de reconciliação e relatórios de excepção/erros;
- Actividades de formação interna sobre novos processos, produtos e/ou sistemas;
- Contratação de seguros;
- Código de ética e conduta;
- Política de Gestão de Riscos;
- Plano de Continuidade de Negócio.

XII. Participações Patrimoniais

Informação Qualitativa

A rúbrica de Participações Patrimoniais é representada pelo valor das acções detidas pelo Moza na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), e na EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.

A SIMO é uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos Bancos Comerciais. A SIMO tem como missão, providenciar o acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM e POS.

A EMOSE é uma sociedade anónima, constituída em 1998, com sede em Maputo. A sociedade tem como objectivo principal o desenvolvimento da actividade seguradora e resseguradora, nos ramos de VIDA e não de VIDA, desde 1977 pelo despacho de 01 de Janeiro de 1977.

De referir que o Moza, em termos prudenciais, não consolida a informação financeira referente à mesma.

Informação Quantitativa

	6/30/19		12/31/18	
	Participação %	Valor	Participação %	Valor
EMOSE	14,82%	23,263	14,82%	23,263
SIMO	1,23%	6,328	1,23%	6,328
		29,590		29,590

XIII. Investimento em Subsidiária

Os investimentos em subsidiária apresentam-se como se segue:

	6/30/19	
	Valor	Valor
BANCO TERRA	100,00%	1,524,587
		1,524,587

O BTM é uma sociedade anónima, domiciliada na República de Moçambique, constituída por escritura pública de 3 de Dezembro de 2007, cujo objecto consiste no exercício de actividades bancárias e financeiras, bem como de todas as actividades complementares que as instituições bancárias ou financeiras estejam licenciadas para exercer, a título principal e não exclusivo, focando-se na componente de desenvolvimento e negócios nas áreas urbanas e rurais de Moçambique, dentro dos limites previstos na lei.

O Banco iniciou as suas operações em Abril de 2008 e a carteira de crédito foi gerida pela GAPI - Sociedade de Investimentos, S.A. no período de Janeiro a Março de 2008.

Em Dezembro de 2018 o Moza Banco adquiriu a totalidade do Banco Terra. Até à data da sua aquisição o Banco Terra contava com os seguintes accionistas:

Accionista	% Participação
Rabo Development B.V	45,78%
GAPI Sociedade de Investimento	1,94%
Norfund	6,49%
Montepio Holdings, SGPS, S.A	45,78%
Total	100,00%

Importa salientar que o Relatório de Gestão do Moza Banco, referente ao fecho de 30 de Junho de 2019 já apresenta contas consolidadas com o Banco Terra.

Há uma relação
direta entre rigor e
credibilidade.
Somos nós que a
fazemos.

MOZA
O valor é teu.